

Anuário Brasileiro de Segurança Pública

Publicação elaborada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra retomada das mortes violentas intencionais e destaca a necessidade de uma nação menos permissiva com a violência, o medo e a insegurança

Na segunda-feira, foi lançada a 14ª edição do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Entretanto, a versão desse ano se diferencia das anteriores por agregar os dados sobre o setor em 2019 e também do primeiro semestre de 2020, sobretudo para tentar captar os impactos da pandemia de Covid-19, que modificou profundamente o dia-a-dia das cidades. Isso alterou algumas dinâmicas do crime e da violência, desde o mais organizado até manifestações de natureza doméstica e intrafamiliar, afetando substancialmente a vida dos cidadãos e cidadãs de todo o país.

A presente edição do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* é lançada em meio ao desafio da precarização das estatísticas disponíveis. A produção de várias das informações compiladas só foi possível, importante frisar, pela dedicação da equipe técnica do Fórum Brasileiro de segurança Pública. Mas, mais importante ainda é reconhecer a disposição de diversos servidores públicos, federais e estaduais, em sua maioria policiais, em contribuir para a consolidação da transparência como pressuposto do debate sobre segurança pública no país. Sem eles, não teríamos conseguido dar conta do desafio de manter esta que é, para nós, a principal batalha do FBSP, ou seja, viabilizar que os principais temas da agenda da segurança pública sejam explicitados e não invisibilizados pelas múltiplas narrativas político-ideológicas travadas.

Assim, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública reforça seu compromisso institucional de trazer à tona as diversas faces da violência e da indiferença; de explicitar que a violência atinge a todos e todas, mas não de forma igualitária. E, ao fazer isso, explicita que a busca de soluções não passa apenas por necessárias, porém insuficientes medidas de caráter incremental. Passa por acreditar que outro projeto de nação é possível e que, contrariando Sérgio Buarque de Holanda, em *Visões do Paraíso*, somos capazes de interromper a “procissão de milagres” que move a política no Brasil desde a Colônia, e que pode ser convertida em uma postura ética menos permissiva com a violência, com o medo e a insegurança.

As quedas sucessivas no número de homicídios observadas desde o início de 2018, e interrompidas em setembro de 2019, até agora não foram adequadamente explicadas e, muito menos, utilizadas no planejamento e formulação de políticas públicas capazes de convertê-las em ganhos permanentes. Com exceção do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), aprovado em junho de 2018, quase nenhuma reforma substantiva da área foi conduzida nesse período e os diversos antagonismos que caracterizam a relação entre as diversas instituições encarregadas de prover ordem, segurança e justiça se mantêm praticamente intactos.

Os recentes exemplos das manifestações sobre a falta de estrutura do Judiciário, feitas por associações profissionais que alegam que a implementação do instituto de juiz de garantias, suspensa por decisão monocrática do ministro Luiz Fux, do STF, e a revisão cada 90 dias dos requisitos necessários à manutenção das prisões preventivas, que virou notícia após libertação pelo ministro Marco Aurélio Melo do megatraficante internacional de drogas, André do RAP, mostram que mesmo quando há mudanças mais estruturais, elas são barradas por um sistema de vetos e justificativas que paralisa inovações e tudo volta a ser apenas uma questão de mais dinheiro e mais pessoal.

<https://www.fontesegura.org.br/editorial/inorpsnbhn>

